



AO EXPEDIENTE DO DIA

Estado da Paraíba

23 de 07 de 1996 **Assembleia Legislativa**

Em 23 de 07 de 1996 Casa de Epitácio Pessoa

Presidente

PROJETO DE LEI Nº 512/96

Reconhece de Utilidade Pública a Associação Comunitária Rural de Famílias Rurais da Comunidade e Donas de Casa "Santa Luzia", no município de Sousa, e dá outras providências.

art. 1º - Fica reconhecida de utilidade pública a Associação Comunitária Rural de Famílias Rurais da Comunidade e Donas de Casa "Santa Luzia"- do Núcleo Habitacional III - Perímetro Irrigado de São Gonçalo, com sede e foro no município de Sousa.

art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

JUSTIFICATIVA

Objetiva o reconhecimento público a nível estadual, assegurando a mesma, a possibilidade de conveniamento com órgãos, entidades e governos.

João Pessoa, 23 de julho de 1996


JOÃO MARQUES ESTRELA E SILVA

Assessoria ao Plenário
Constou no Expediente

Em 29 de 07 de 1996

Diretor da Ass. ao Plenário

2

ILUSTRÍSSIMA SR. DELEGADA DA DELEGACIA ESPECIALIZADA DA MULHER.



VISTOS: ETC
Em 26 / 04 / 96
[Signature]
[Stamp]

D E C L A R A Ç Ã O

Declaramos para os devidos fins que, no Núcleo Habitacional nº III, localizado no perrimetro Irrigado de São Gonçalo, Município de Sousa -PB, existe a Associação Comunitária de Famílias Rurais da Comunidade e Donas de Casa "SANTA LUZIA". Para constar assinamos a presente declaração dando plena e geral afirmação.

pelo que firmamos a presente declaração.

São Gonçalo - Sousa-PB., 26 de abril de 1996.

Maria de Látima Sarmiento
PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO

TESTEMUNHA:

1. Maria Rizeuola Soares.

ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL DE FAMÍLIAS RURAIS DA COMUNIDADE
DO NÚCLEO HABITACIONAL III, NO DISTRITO DE SÃO GONÇALO
MUNICÍPIO DE SOUSA-PARAIBA, REALIZADA NO DIA TREZE DE
DEZEMBRO DE HUM MIL, NOVECENTOS E NOVENTA E CINCO, PARA
A CRIAÇÃO DA DIRETORIA DA ASSOCIAÇÃO DE DONAS DE CASA E
JOVENS RURAIS.

Aos treze dias do mês de dezembro de hum mil, novecentos e noventa e cinco, às treis e trinta horas, no Centro Administrativo, reuniram-se vinte pessoas, entre as quais Donas de Casa e Jovens Rurais do Núcleo III, afim de fundarem uma Associação e consequentemente votarem em uma Diretoria com mandato de dois anos, dando início a parte buracrática da mesma, ou seja, publicação em Diário Oficial do Estado e do Município, Registro em Cartório e por fim o Cartão do C.G.C. Após votada e aprovada, ficou decidido a taxa mínima de cinquenta centavos que cada associado vai pagar mensalmente, também ficou marcado o segundo domingo de cada mês para as reuniões ordinárias, onde os associados discutem seus problemas procurando assim as soluções dos mesmos. Após debatidos todos os assuntos, a Presidente cedeu a palavra para a Secretária que leu a formação da Diretoria que ficou da seguinte forma: Presidente: Maria de Fátima Sarmento; Vice-Presidente: Maria de Fátima de Sousa; Secretária: Maria Carmeulinda Gomes; Tesoureira: Maria Carmelisse Gomes; Conselho Fiscal: Terezinha de Andrade Gomes, Maria Odineide Alves, Maria Marta da Silva e Maria Riseulda Soares. Depois que a Secretária leu como ficou constituída a Diretoria, a Presidente voltou a fazer uso da palavra e explicava a todos a importância de uma Associação Comunitária, mostrando exemplos de Associações de nossa circunvizinhas e agradeceu a todos pela confiança lhe fora depositada e promete fazer o que estiver ao seu alcance em busca de um convívio melhor para aquela comunidade. Nada mais havendo a debater, encerra-se a reunião onde eu Maria Carmeulinda Gomes, Secretária lavrei a presente ata, que após lavrada e aprovada vai ser assinada por mim, pelo Presidente e por demais membro do grupo. Treze dias do mês de dezembro.

Maria Carmeulinda Gomes
MARIA CARMEULINDA GOMES

- SECRETÁRIA -

Maria de Fátima Sarmiento
MARIA DE FÁTIMA SARMENTO

- PRESIDENTE -





PREFEITURA MUNICIPAL DE SOUSA

GAZETA DE SOUSA

ÓRGÃO OFICIAL DO MUNICÍPIO

LEI N° 811/74 DEZEMBRO/95 E JANEIRO/96

ASSESSORIA DE IMPRENSA DO GOVERNO MUNICIPAL

ATOS DO PODER EXECUTIVO



Prefeitura Municipal de Sousa.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DA PARAIBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SOUSA

DECRETO PMS/GP Nº 031/95

PRORROGA PRAZO PARA PAGAMENTO DO IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO - IPTU - E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE SOUSA, ESTADO DA PARAIBA, usando das atribuições que lhes são conferidas pelo art. 50, III, "e" da Lei Orgânica do Município, e,

CONSIDERANDO, o disposto no Parágrafo Único do art. 29 da Lei Municipal nº 1.576/95,

DECRETA :

Art. 19 - Fica prorrogado até o dia 15 de Dezembro do corrente ano, o prazo para pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU -, nos termos do art. 19 da Lei Municipal nº 1.576/95.

Art. 29 - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Constitucional do Município de Sousa - Estado da Paraíba, em 05 de Dezembro de 1995.

MAURO ABRANTES SOBRINHO
PREFEITO



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DA PARAIBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SOUSA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA PMS/OPIN. 103/95

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE SOUSA, ESTADO DA PARAIBA, no uso de suas atribuições legais

RESOLVE

EXONERAR A PEDIDO: RICARDO PETER GONCALVES SARMENTO, do exercício das funções de Diretor do Departamento de Planejamento Municipal, da Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral, nível DAS - 1, deste Município.

Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Constitucional do Município de Sousa, em 11 de dezembro de 1995.

MAURO ABRANTES SOBRINHO
PREFEITO



Prefeitura Municipal de Sousa.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DA PARAIBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SOUSA

PORTARIA PMS/GP Nº 104/95

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE SOUSA, ESTADO DA PARAIBA, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE :

TORNAR SEM EFEITO, todas as Portarias que designavam pessoas para o exercício de cargos comissionados, em virtude da Reforma Administrativa e de melhor adequação a Estrutura Organizacional (Lei Complementar Nº 004/93, anexo I) que se pretende implantar na Prefeitura Municipal de Sousa.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Constitucional do Município de Sousa, Estado da Paraíba em 13 de Dezembro de 1995.

MAURO ABRANTES SOBRINHO
PREFEITO



Prefeitura Municipal de Sousa

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DA PARAIBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SOUSA

Art. 136) - Conselho de Administração

I - Colocar em dia a correspondência da Associação Comunitária de Família Rural da Comunidade do NÚCLEO HABITACIONAL III;

II - Assinar o registro dos associados;

III - Informar e manter a atualização dos novos associados;

IV - Assinar em nome dos Diretores, lavrando o famoso Livro de Atas;

V - Providenciar as carteiras dos associados;

VI - Assinar com o Presidente documentos e correspondências da Associação Comunitária de Família Rural da Comunidade do NÚCLEO HABITACIONAL III;

VII - Ter sob sua guarda, devidamente organizado, os livros de atas e estatutos.

Art. 137) - Conselho de Tesoureiros

I - Assessorar em dia as contribuições dos associados;

II - Responsabilizar-se pelo patrimônio social social da Associação Comunitária de Família Rural da Comunidade do NÚCLEO III;

III - Assinar, conjuntamente com o Presidente, todos os documentos que envolvam responsabilidades financeiras.

CAPÍTULO V

DO CONSELHO FISCAL

Art. 138) - O Conselho Fiscal, composto de 03 (três) membros não vivos, eleitos pela Assembleia Geral, dentre os membros não associados, pelo prazo de 02 (dois) anos.

Art. 139) - Conselho de Conselho Fiscal

I - Assinar os livros, documentos e instrumentos, verificando a situação financeira da entidade;

II - Convocar extraordinariamente a Diretoria e/ou Assembleia, quando ocorrerem graves e urgentes situações;

III - Fiscalizar as atividades da Diretoria.

CAPÍTULO VI

DO REGISTRO

Art. 140) - São sócios

I - Fundadores todos aqueles que assinaram a Ata de fundação;

II - Efetivos aqueles residentes no NÚCLEO HABITACIONAL III ou em outras comunidades circunvizinhas, autorizadas da Associação Comunitária de Família Rural da Comunidade do NÚCLEO HABITACIONAL III, e que comparecem às deliberações da presente entidade;

III - Beneficiários aqueles que são eleitos pela Assembleia Geral, mediante os serviços prestados a Associação Comunitária de Família Rural da Comunidade do NÚCLEO HABITACIONAL III;

IV - Contribuintes são as entidades ou órgãos que contribuem, diretamente ou indiretamente com recursos financeiros ou técnicos, visando melhorias dentro das finalidades da Associação Comunitária de Família Rural da Comunidade do NÚCLEO HABITACIONAL III;

Art. 141) - Somente os membros e beneficiários terão direito a voto, ativo ou passivo, na Assembleia Geral.

§ Único - os sócios da Associação Comunitária de Família Rural do NÚCLEO HABITACIONAL III não respondem pessoalmente pelas obrigações da entidade.

Art. 142) - São direitos dos associados fundadores e efetivos

I - Votar e ser votado;

II - Participar das Assembleias Gerais e apresentar opiniões;

III - Receber identidade de sócio;

IV - Ser informado dos benefícios da Associação Comunitária de Família Rural da Comunidade do NÚCLEO HABITACIONAL III;

V - Receber em todo momento preferência no uso do direito.

Art. 143) - São obrigações dos associados fundadores e efetivos

I - Contribuir e bem usar da Associação Comunitária de Família Rural da Comunidade do NÚCLEO HABITACIONAL III;

II - Contribuir com a responsabilidade determinada pela Assembleia Geral;

III - Comparecer às reuniões ordinárias e/ou extraordinariamente quando convocados;

IV - Participar das atividades realizadas na comunidade;

V - Participar do desenvolvimento de atividades, projetos e outros, executados pela Associação Comunitária de Família Rural da Comunidade do NÚCLEO HABITACIONAL III.

CAPÍTULO VII

DO PATRIMÔNIO

Art. 144) - O patrimônio da Associação Comunitária de Família Rural

Art. 145) - Os recursos da Associação Comunitária de Família Rural da Comunidade do NÚCLEO HABITACIONAL III, não destinados exclusivamente aos seus objetivos e atividades, ficam sujeitos à decisão autorizada do Presidente e Tesoureiro, após verificação da necessidade da despesa.

Art. 146) - Todos os recursos da Associação Comunitária de Família Rural da Comunidade do NÚCLEO HABITACIONAL III, poderão ser utilizados, ou por qualquer outro caminho, nos casos em que a Assembleia Geral Extraordinária, convocada para este fim, a qual deliberará em voto secreto.

CAPÍTULO VIII

DETERMINAÇÃO DE REGRAS E PROCEDIMENTOS

Art. 147) - No caso de alguma norma da Diretoria ter que ser dada a serem efetivos, deverá, através de documentos fornecidos à Justiça Eleitoral, solicitar nos respectivos municípios, em Assembleia Extraordinária.

Art. 148) - O mandato de todos os membros dos órgãos da entidade será inteiramente gratuito.

Art. 149) - O (A) Associação, existirá até que fique reduzida a número inferior a 10 (dez) associados e/ou a aprovação de uma Assembleia Geral.

Art. 150) - O (A) Associação, receberá orientação da DIRETORIA de acordo com o necessário.

Art. 151) - O dinheiro arrecadado pelo (a) Associação, será aplicado em benefício dos associados, e consequentemente da comunidade.

Art. 152) - Os casos oriundos desta entidade serão resolvidos pela Diretoria ou Assembleia.

Art. 153) - Em caso de dissolução, do (a) Associação, os bens patrimoniais passíveis para uma entidade de fins comunitários ficarão na Assembleia Geral.

Art. 154) - Este Estatuto vigorará a partir da data da publicação no Diário Oficial do Estado e/ou município.

DIRETORIA EXECUTIVA:

• PRESIDENTE: Maria de Fátima Sarmiento
• VICE-PRESIDENTE: Maria de Fátima Sarmiento
• TESOUREIRO(A): Maria Carmelinda Gomes
• SECRETÁRIO(A): Maria Carmelinda Gomes
• CONSELHO FISCAL: 01. Maria Marta de Silva
02. Maria Odineide Alves
03. Maria Rêdida Gomes
04. Maria Rêdida Gomes

ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL DE FAMÍLIAS RURAIS DA COMUNIDADE DO NÚCLEO HABITACIONAL III, NO DISTRITO DE SÃO GONÇALO - MUNICÍPIO DE SOUSA-PAIATIBA, REALIZADA NO DIA TREZE DE DEZEMBRO DE UM MIL, NOVECENTOS E NOVENTA E CINCO, PARA A CRIAÇÃO DA DIRETORIA DA ASSOCIAÇÃO DE DONAS DE CASA E JOVENS RURAIS.

Aos treze dias do mês de dezembro de um mil, novecentos e noventa e cinco, às três e trinta horas, no Centro Administrativo, reuniram-se vinte pessoas, entre as quais Donas de Casa e Jovens Rurais do Núcleo III, afim de fundarem uma Associação e consequentemente votarem em uma Diretoria com mandato de dois anos, dando início a parte burocrática da mesma, ou seja, publicação em Diário Oficial do Estado e do Município, Registro em Cartório e por fim o Cartão do C.G.C. Após votada e aprovada, ficou decidido a taxa mínima de cinquenta centavos que cada associado vai pagar mensalmente, também ficou marcado o segundo domingo de cada mês para as reuniões ordinárias, onde os associados discutem seus problemas procurando assim as soluções dos mesmos. Após debatidos todos os assuntos, a Presidente cedeu a palavra para a Secretária que leu a formação da Diretoria que ficou da seguinte forma: Presidente: Maria de Fátima Sarmiento; Vice-Presidente: Maria de Fátima de Sousa; Secretária: Maria Carmelinda Gomes; Tesoureira: Maria Carmelinda Gomes; Conselho Fiscal: Terezinha de Andrade Gomes, Maria Odineide Alves, Maria Marta de Silva e Maria Rêdida Gomes.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

1.º Cartório - Reg. Geral de Imóveis - Reg. de Títulos e Documentos - Tabelionato
Praça Capitão Manoel Gadelha, 14 - Sousa-Pb. — Fone: 521-1211
Tabeliã — TEREZINHA DE LISIEUX GADELHA ABRANTES



C E R T I D ã O

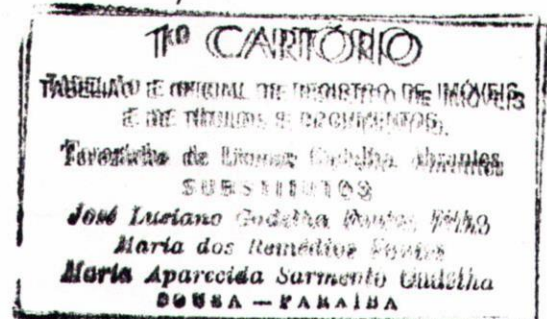
Terezinha de Lisieux Gadelha Abrantes,
Oficial do Registro de Pessoas Jurídicas do Cartório do 1º Ofício, da Comarca de Sousa, Estado da Paraíba, na forma da lei, etc.

C e r t i f i c a a requerimento verbal de pessoa interessada, que revendo o livro de Pessoas Jurídicas deste cartório e a meu cargo, nele consta o Registro da Associação Comunitária de Famílias Rural da Comunidade de Donas de casa "SANTA LUZIA" Núcleo III, São Gonçalo, município de Sousa-PB, sob nº259, fls.141, em 15 de Fevereiro de 1.996. O referido é verdade; Dou fé.x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-

Sousa, 15 de fevereiro de 1.996.

Lisieux

Oficial do Registro.





MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
CENTRO DE INFORMAÇÕES ECONÔMICO-FISCAIS
CADASTRO GERAL DE CONTRIBUÍNTES

C G C
FICHA DE INSCRIÇÃO
DO ESTABELECIMENTO-SEDE

01 01 PARA USO DA REPARTIÇÃO

1

5

OBSERVAÇÕES IMPORTANTES

1. CONSULTE O MANUAL DO CONTRIBUINTE C.G.C., AO PREENCHER ESTA FICHA.
2. PREENCHA-A, A MÁQUINA, EM 3 (TRÊS) VIAS PERFEITAMENTE LEGÍVEIS.
3. NÃO PREENCHA OS QUADROS DE "USO DA REPARTIÇÃO".
4. DEIXE EM BRANCO OS ITENS EM QUE NADA TENHA A INFORMAR.
5. APRESENTE TODAS AS VIAS AO ÓRGÃO DA SRF DA JURISDIÇÃO DO ESTABELECIMENTO-SEDE.
6. PREENCHA OS CAMPOS DIVIDIDOS EM QUADRINHOS, COLOCANDO CADA LETRA DENTRO DE UM QUADRINHO, A COMEÇAR DO PRIMEIRO.

02 02

ETIQUETA PROTOCOLO DO C.G.C.

0

* ESTA FICHA, QUANDO AUTENTICADA, SUBSTITUI O CARTÃO C. G. C. PELO PRAZO DE 90 (NOVENTA) DIAS, CONTADOS DA DATA DE RECEPÇÃO (QUADRO 14) OU DA ÚLTIMA DATA DE REVALIDAÇÃO APOSTA NO VERSO.

03 INFORMAÇÕES GERAIS

03	INSCRITO ANTERIORMENTE NO C.G.C.?	SIM	01 8	NÃO	X 02 6	9
04	SOLICITAÇÃO DE BAIXA HÁ MAIS DE 5 (CINCO) ANOS?	SIM	03 0	NÃO	04 9	2
05	NÚMERO DE INSCRIÇÃO ANTERIOR NO C.G.C.	N.º BÁSICO		N.º ORDEM	0 0 0 1	0

05 INFORMAÇÕES FINANCEIRAS

07	MES DE BALANÇO	08	PERCENTUAL DO CAPITAL	09	FAIXA DE CAPITAL (Assinale com "X")	

04 RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS

06	ASSINALE COM "X" OS TRIBUTOS QUE A SEDE RECOLHER HABITUALMENTE					
	IMPOSTO DE RENDA (DECLARAÇÃO)	00 9				5
	EXPORTAÇÃO	01 7				
	PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL	02 5				
	IMPORTAÇÃO	03 3				
	IMPOSTO DE RENDA (NA FONTE)	04 1				
	IPI	05 0				
	OPERAÇÕES FINANCEIRAS	06 8				
	SERVIÇOS DE TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES (FEDERAL)	07 6				

06 NATUREZA JURÍDICA

10	ASSINALE COM "X" A FORMA DE CONSTITUIÇÃO					6
	EMPRESA INDIVIDUAL (COMÉRCIO OU INDÚSTRIA)	00 6				
	SOCIEDADE EM NOME COLETIVO	01 4				
	SOC. POR COTAS DE RESPONSABILIDADE LTDA.	02 2				
	SOC. DE CAPITAL E INDÚSTRIA	03 0				
	SOC. COMANDITA SIMPLES	04 9				
	SOC. EM COMANDITA POR AÇÕES	05 7				
	SOC. CIVIL COM FINS LUCRATIVOS	06 5				
	SOC. EM CONTA DE PARTICIPAÇÃO	07 3				
	SOC. COOPERATIVA	08 1				
	FILIAL, SUCURSAL, AGÊNCIA DE EMPRESA SEDEIADA NO EXTERIOR	09 0				

07 ATIVIDADE PRINCIPAL DO ESTABELECIMENTO-SEDE

11	DESCRIÇÃO	ASSOCIAÇÃO DE FAMILIARES	12	CÓDIGO	109-2	9
----	-----------	--------------------------	----	--------	-------	---

08 DENOMINAÇÃO

13	FIRMA OU RAZÃO SOCIAL / DENOMINAÇÃO COMERCIAL	A S S O C I A D O R A S				
		A C O M D E D D E C A S A S A N T A L U Z I A				
14	NOME DE FANTASIA					

09 ENDEREÇO DO ESTABELECIMENTO-SEDE

15	TIPO (RUA, AV., ETC.)	16	NOME DO LOGRADOURO	17	NÚMERO	18	COMPLEMENTO (ANDAR, SALA, ETC.)	19	CEP	20	SIGLA DA UF.	21	CÓDIGO DO MUNICÍPIO	22	CÓDIGO DA INSPECTORIA
			NUCLEO HA						5 8 8 0 0		P B		2 2 2 5		
23	MUNICÍPIO														

10 PESSOA FÍSICA RESPONSÁVEL PERANTE O MINISTÉRIO DA FAZENDA

25	INSCRIÇÃO NO CPF	NÚMERO BÁSICO	3 0 9 3 3 3 8 2 4	26	CONTROLE	7 2 1
26	NOME		MARIA DE FÁTIMA VALENTE			

12 CONTROLE DE REMESSA DE DOCUMENTOS

27	PARA USO DO ÓRGÃO RECEPTOR	CÓDIGO	7	ANO	0	GRUPO	1	NÚMERO	
----	----------------------------	--------	---	-----	---	-------	---	--------	--

13 30 RECEPÇÃO NO ÓRGÃO DA JURISDIÇÃO DA SEDE

	CARIMBO DO ÓRGÃO/RUBRICA DO FUNCIONÁRIO
	04.3.01.06-4
	25/03/1996
	ARF / Sousa - PB

11 ASSUMO TOTAL RESPONSABILIDADE COM PLENO CONHECIMENTO DO DISPOSTO NA LEGISLAÇÃO VIGENTE

27	DATA	25.03.96
28	ASSINATURA DO RESPONSÁVEL PERANTE O MINISTÉRIO DA FAZENDA	

14 PARA USO DO ÓRGÃO LOCAL DA JURISDIÇÃO DA SEDE

31	DATA DE RECEPÇÃO	25 03 96	32	MATRÍCULA DO FUNCIONÁRIO	5.029.342-7
----	------------------	----------	----	--------------------------	-------------



Estado da Paraíba
Assembleia Legislativa



Registrado no Livro de Plenário
às Fls. 512 Sob No. 512/96
EM. / / 19

Publicado no Diário do Poder
Legislativo do Dia / /
de 19
EM / / 19

SECRETÁRIO

Remetido à Secretária Legislativa
Em / /

Diretor da Ass. ao Plenário

Designo como Relator
o Deputado Leandro Roseano
Em, 30 / 03 / 1996

Presidente

**ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
CASA DE EPITÁCIO PESSOA**

1

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 512/96

"Reconhece de Utilidade Pública a Associação Comunitária Rural de Famílias Rurais da Comunidade e Donas de Casa "Santa Luzia", no município de Sousa, e dá outras providências".

AUTOR: Dep. João Marques Estrela e Silva

RELATOR: Dep. Zenóbio Toscano

PARECER

I - RELATÓRIO

Surge para análise técnica e parecer desta Comissão de Constituição, Justiça e Redação, o Projeto de Lei nº 512/96, de autoria do eminente parlamentar, João Marques Estrela e Silva.

Em sua matéria legislativa originária, vem o senhor Deputado Reconhecer de Utilidade Pública a Associação Comunitária Rural de Famílias Rurais da Comunidade e Donas de Casa "Santa Luzia", no município de Sousa e dá outras providências.

Ao justificar sua iniciativa, o senhor Deputado alega pretender reconhecer a epigrafada Associação, devido sua finalidade social e assistencial para com a comunidade no exercício da cidadania.

Este é o relatório.

11

ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
CASA DE EPITÁCIO PESSOA

2

II - VOTO DO RELATOR


Em inúmeras decisões proferidas perante esta Comissão de Constituição, Justiça e Redação, quanto a Projetos de Lei que tratem de matéria de Reconhecimento de Utilidade Pública, tem este órgão proferido o seguinte entendimento, o qual se robustece em Jurisprudência Firmada, e que passaremos a defender.

VOTO PELA PROCEDÊNCIA E APROVAÇÃO DA MATÉRIA

Entende e segue esta relatoria, de que as matérias que tratem interesse público, "in casu", de Reconhecimento de Utilidade Pública, devem trazer uma farta e convincente justificativa, toda a documentação necessária para a sua instrução e principalmente, resguardando o aludido interesse público, o qual merece todo o olhar e zelo por parte do Legislador, haja vista na matéria em espécie.

Desta feita, em detalhado estudo sobre os argumentos articulados, preenchendo os requisitos regimentais e legais, esta relatoria é de parecer e voto pela procedência e aprovação da matéria em epígrafe, demonstrada através do Projeto de lei nº 512/96.

É o voto


Dep. Zenóbio Toscano
Relator

12

ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
CASA DE EPITÁCIO PESSOA


3

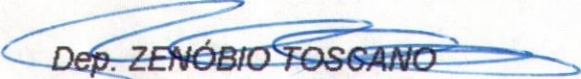
III - PARECER DA COMISSÃO

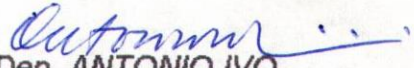
A Comissão de Constituição, Justiça e Redação, em análise ao douto parecer e voto da relatoria, acosta-se ao mesmo, aprovando o Parecer pela procedência do Projeto de Lei nº 512/96, através dos fatos e fundamentos articulados.

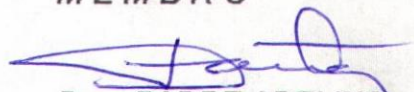
Este é o parecer


Sala da Comissão, em 06 de agosto de 1996

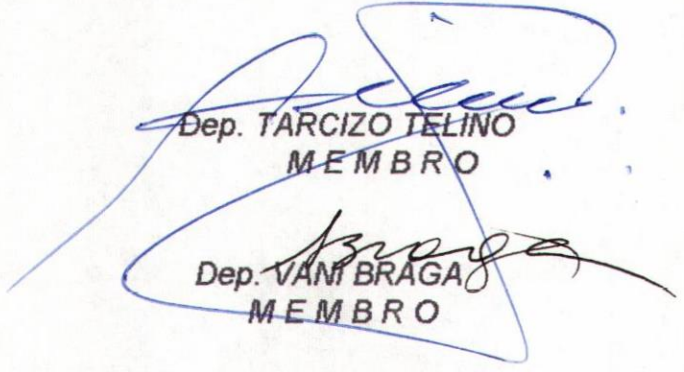

Dep. GERVÁSIO MAIA
PRESIDENTE


Dep. ZENÓBIO TOSCANO
RELATOR


Dep. ANTONIO IVO
MEMBRO

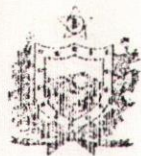

Dep. PADRE ADELINO
MEMBRO


Dep. TARCIZO TELINO
MEMBRO


Dep. VANI BRAGA
MEMBRO

Dep. AÉRCIO PEREIRA
MEMBRO

TEC. BEL CRP.



Estado da Paraíba
Assembléia Legislativa
Casa de Epitácio Pessoa

Ofício nº 1640/GP

João Pessoa, em 23 de outubro de 1996.

Senhor Governador

Encaminho a Vossa Excelência o autógrafo do Projeto de Lei nº 512/96, de autoria do Deputado JOÃO ESTRELA, que Reconhece de utilidade pública a Associação Comunitária Rural de Famílias Rurais da Comunidade e Donas de Casa "Santa Luzia", no município de Sousa, e dá outras providências.

Atenciosamente

CARLOS DUNGA
Presidente

Exmo. Sr.

JOSÉ TARGINO MARANHÃO

GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA

NESTA



Estado da Paraíba
Assembléia Legislativa
Casa de Epitácio Pessoa

AUTÓGRAFO Nº 150/96

PROJETO DE LEI Nº 512/96

Reconhece de utilidade pública a Associação Comunitária Rural de Famílias Rurais da Comunidade e Donas de Casa "Santa Luzia", no município de Sousa, e dá outras providências.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DECRETA

Art. 1º - Fica reconhecida de utilidade pública a Associação Comunitária Rural de Famílias Rurais da Comunidade e Donas de Casa "Santa Luzia" - do Núcleo Habitacional III - Perimetro Irrigado de São Gonçalo, com sede e foro no município de Sousa.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

PAÇO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA PARAÍBA, EM
JOÃO PESSOA, 23 DE OUTUBRO DE 1996.

CARLOS DUNGA
Presidente



GOVERNO ESTADO DA PARAÍBA

Publicado Diário Oficial
DESTA DATA
Em, 25, 10, 96
GABINETE CIVIL DO GOVERNADOR

LEI N.º 6.362 de 24 de outubro de 1996

Reconhece de Utilidade Pública a Associação Comunitária Rural de Famílias Rurais da Comunidade e Donas de Casa "Santa Luzia", no município de Sousa, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA :

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º - Fica reconhecida de utilidade pública a Associação Comunitária Rural de Famílias Rurais da Comunidade e Donas de Casa "Santa luzia"- do Núcleo Habitacional III - Perímetro Irrigado de São Gonçalo, com sede e foro no município de Sousa.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA,
em João Pessoa, 24 de outubro de 1996; 107º da Proclamação da República.


JOSÉ TARGINO MARANHÃO
GOVERNADOR